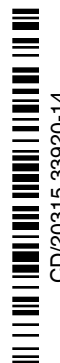


**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020**

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).



CD/20315.33920-14

**EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_**

O Art. 3º da MP 950/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" .....

“Art.13. ....

XV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas exclusivamente a medidas de enfrentamento aos impactos no setor elétrico decorrentes do estado de calamidade pública, em virtude do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

.....

§ 1º-E. Os requisitos para a estruturação e a disponibilização das operações financeiras de que trata o inciso XV do *caput* deverão incluir obrigatoriamente a comprovação da necessidade do auxílio e o monitoramento da destinação dos recursos em conta específica, além de limites de desembolso pela conta de que trata este artigo, que considere o impacto tarifário e as condições de reembolso a essa conta, devidamente alocadas a cada segmento que deu origem ao empréstimo.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os impactos da crise sanitária causada em nível mundial pelo espalhamento do COVID-19 atingiram de modo brutal a sociedade brasileira, agravando ainda mais as desigualdades históricas que nos afligem. Entre essas questões, está o acesso a um serviço

essencial para a população, principalmente nos momentos de crise: a garantia do fornecimento de energia elétrica aos mais necessitados. Nesse sentido, a Medida Provisória nº 950/2020 mostra, ao mesmo tempo, uma preocupação legítima – a proteção da parcela mais pobre da sociedade, beneficiada pela ampliação dos descontos da Tarifa Social de energia elétrica.

Por outro lado, a MP também autoriza o governo a captar recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para amortização de empréstimos emergenciais para empresas de distribuição, em qualquer situação de calamidade pública reconhecida na forma prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000. O pagamento dos futuros empréstimos caberia a todos os consumidores de energia elétrica do país, independente do mercado, proporcionalmente à energia consumida em sua unidade.

Mesmo entendendo a iniciativa como uma proteção ao equilíbrio econômico-financeiro do sistema elétrico na atual conjuntura de crise, tal medida se constitui, na forma proposta, em uma autorização genérica para a criação de mais um encargo do sistema elétrico, sem qualquer estimativa de valor a ser pago futuramente pelo consumidor, ou mesmo vinculando explicitamente o empréstimo aos efeitos diretos da crise econômica decorrente do atual cenário. Por esse motivo, entendemos adequado exigir que o Poder Executivo abranja, na regulamentação do auxílio, as formas de comprovação da necessidade do auxílio e de monitoramento da destinação dos recursos, além de limites de desembolso pela CDE, que considere o impacto tarifário, e das condições de reembolso a essa conta.

Por estas razões, solicito apoio para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, de Abril de 2020.

Deputado ENIO VERRI

PT-PR





CD/20315.33920-14